

# RELATÓRIO FINAL DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (RFCD)

## 1. IDENTIFICAÇÃO

- **Município:** Cantagalo - PR
- **Órgão executor:** Unidade Central do Controle Interno
- **Período de execução:** 05/08/2025 a 06/08/2025
- **Equipe de execução:**

Nome	Matrícula
Matheus Henrick de Oliveria	83352-5

## 2. SOBRE OS TRABALHOS

Considerando o processo de análise da consistência de dados das prestações de contas dos prefeitos municipais estabelecidos pela Nota Técnica n.º 24/2024 – CGF/TCEPR, os trabalhos tiveram por objetivo a aferição da veracidade e da fidedignidade das informações prestadas pelos interlocutores participantes do processo de prestação de contas dos prefeitos municipais, nos termos do artigo 9º da IN 172/2022.

Os aspectos compreendidos pelo trabalho fazem parte do Item de Verificação 102 – Processo de Regulamentação do SIC, da Matriz de Avaliação da área de Transparência e Relacionamento com o Cidadão instituída no Anexo III da Nota Técnica n.º 23/2023 – CGF/TCEPR.

O processo de trabalho aplicado foi estruturado de modo a atender às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) aplicáveis.

Os procedimentos utilizados foram baseados no Roteiro de Consistência de Dados (RCD) 102 – Processo de Regulamentação do SIC, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR).

As conclusões resultantes deste trabalho estão respaldadas pelos documentos e informações indicados na coluna “evidências” da tabela contida no item 3, os quais estão sendo apresentados em conjunto com este relatório.

### 3. RESULTADO DA ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DE DADOS

Item	Questão Auxiliar	Tipo do Interlocutor	Entidade	Resultado da análise (sim, não ou não se aplica)	Evidências	Comentários
1	O Município possui ato normativo local, editado a partir da Lei 12.527/2011, que regulamente internamente a Lei de Acesso à Informação - LAI?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
2	O ato normativo local que regulamenta a Lei de Acesso à Informação define as competências e os parâmetros de funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
3	O ato normativo local que regulamenta a Lei de Acesso à Informação define os critérios para a interposição de recursos por parte do requerente, em caso de indeferimento, e concede prazo não inferior a 10 dias para protocolo do recurso?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
4	O ato normativo local que regulamenta a Lei de Acesso à Informação prevê a possibilidade de apresentação de recurso, com direcionamento para autoridade com grau de hierarquia superior ao responsável pela elaboração da resposta inicial e fixa o prazo máximo de 5 dias para resposta ao recurso?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
5	O Município possui ato normativo que estabeleça os processos de trabalho, procedimentos ou fluxos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) desde o registro da requisição até a entrega da informação solicitada, considerando como forma de registro a via eletrônica e presencial?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
6	O ato normativo local que estabelece os processos de trabalho, procedimentos ou fluxos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) descreve o responsável pelo tratamento dos requerimentos?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-

7	O Município possui ato normativo que estabeleça os processos, procedimentos ou fluxos relacionados à identificação de informações que venham a ser de interesse geral e coletivo e que devam ser publicadas no site do Município de maneira ativa, ou seja, independente de provocação?	Ouvidor	Ouvidoria	Não	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	-
---	---	---------	-----------	-----	--	---

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante à regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), constatou-se que o Município de Cantagalo não possui ato normativo local que discipline a aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) em âmbito municipal. Em decorrência dessa ausência normativa, não foi possível atender às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme exigências previstas no Roteiro de Consistência de Dados (RCD 102).

A inexistência de regulamentação compromete a clareza dos fluxos e responsabilidades institucionais, dificulta o exercício do controle social e fragiliza o direito fundamental de acesso à informação pelos cidadãos, especialmente quanto a prazos, formas de atendimento, tratamento recursal, atualização de dados e transparência ativa.

## 5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

Recomenda-se a elaboração e publicação de um **decreto municipal**, e/ou demais normativas que regulamentem a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Município de Cantagalo, contendo os critérios mínimos exigidos pelo Tribunal de Contas, tais como:

- Estruturação e funcionamento do SIC (presencial e eletrônico);
- Designação da autoridade responsável pelo serviço;
- Procedimentos de atendimento aos pedidos e respectivos prazos;
- Previsão de instância recursal;
- Normas sobre a transparência ativa, incluindo critérios de publicação de informações de interesse coletivo;
- Detalhamento dos fluxos e responsabilidades institucionais;
- Mecanismos de controle, monitoramento e avaliação do cumprimento da norma.

A medida visa alinhar a atuação municipal às diretrizes legais e às boas práticas de gestão pública, promovendo maior transparência, segurança jurídica e efetividade no atendimento às demandas informacionais da sociedade.